

# HOMOFOBIA E TRANSFOBIA: DO MEDO A RESISTÊNCIA, ANÁLISE DAS MEMÓRIAS DE UMA MÃE<sup>1</sup>

Hilda Santos Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito compreender e examinar a trajetória de meus filhos LGBTQIA+, a fim de analisar o processo de reiteração da heterossexualidade e sua imbricação com a homofobia e a transfobia no espaço escolar e familiar. Para tanto, pretendo relatar memórias autobiográficas de experiências de homofobia e transfobia e analisá-las a partir do referencial teórico da teoria *queer* e dos estudos de gênero. O método de pesquisa adotado é a autoetnografia e sua fundamentação consiste em um estudo de natureza qualitativa, com vistas a enfatizar a análise cultural a partir de minhas vivências em relação às de outros indivíduos. Como instrumentos de produção e coleta de informações de dados serão utilizadas, respectivamente, as minhas memórias autobiográficas e revisão bibliográfica não sistemática. As categorias de análise deste estudo foram assim delineadas: autoetnografia; homofobia; transfobia. As análises evidenciam que as “verdades autorizadas” e sua manutenção continuam sendo reiteradas por meio de discursos e práticas que dialogam com valores morais e conservadores, dando sustentação à identidade hegemônica; que as instituições de ensino continuam se apresentando como um *locus* segregador, onde práticas discriminatórias são constantemente naturalizadas; que entre um avanço e outro, continuamos reféns do imperativo medicalizante, no qual a sexualidade deve sempre ser vista como algo a ser explicado; que a visibilidade de gays, lésbicas e pessoas transgênero ao mesmo tempo em que gera simpatia em uns, ou mesmo adesão aos seus estilos de vida, causa repulsa em outros indivíduos, fazendo com que movimentos contrários aos sujeitos não-heteronormativos ganhem força e apoio por parte de diferentes grupos sociais não somente no espaço escolar, mas também no familiar e no público. A pesquisa revela, ainda, que a heterossexualidade compulsória continua agindo através de sua rede de micropoderes, mas não sem resistência, uma vez que os discursos são instáveis, podendo ser instrumento e efeito de poder ou de oposição. A subversão da ordem, ainda que possa parecer uma utopia, é um caminho a ser perseguido por todos os “interditos”.

**Palavras-chave:** Autoetnologia - Brasil. Homofobia - Brasil. LGBTQIA+. Transfobia - Brasil.

## ABSTRACT

This research aims to understand and examine the trajectory of my LGBTQIA+ children, in order to analyze the process of reiteration of heterosexuality and its imbrication with homophobia and transphobia in the school and family space. Therefore, I intend to report autobiographical memories of homophobia and transphobia experiences and analyze them from the theoretical framework of queer theory and gender studies. The research method adopted is autoethnography and its foundation consists of a study of a qualitative nature, with a view to emphasizing the cultural analysis from my experiences in relation to those of other individuals. As instruments of production and collection of data information, my autobiographical memories and non-systematic bibliographic review will be used, respectively. The analysis categories of this study were outlined as follows: autoethnography; homophobia; transphobia. The analyzes show that the “authorized truths” and their maintenance continue to be reiterated through discourses and practices that dialogue with moral and conservative values, supporting the hegemonic identity; that educational institutions continue to present themselves as a segregating locus, where discriminatory practices are constantly naturalized; that between one advance and another, we remain hostages to the medicalizing imperative, in which sexuality must always be seen as something to be explained; that the visibility of gays, lesbians and transgender people, while generating sympathy in some, or even adherence to their lifestyles, causes repulsion in other individuals, making movements contrary to non-heteronormative subjects gain strength and support by part of different social groups not only in the school space, but also in the family and in the public. The research also reveals that compulsory heterosexuality continues to act through its network of micropowers, but not without resistance, since discourses are unstable, and can be an instrument and effect of power or opposition. The subversion of order, even though it may seem like a utopia, is a path to be pursued by all “interdicts”.

**Keywords:** Autoethnology - Brazil. Homophobia - Brazil. LGBTQIA+. Transphobia - Brazil.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.ª M.ª Natália Silveira de Carvalho.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pós-graduada, na área de Educação, nos cursos de Especialização em Psicopedagogia com Ênfase em Educação Especial, pela Faculdade de Educação São Luís e pós-graduanda em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa eu pretendo discorrer sobre como a trajetória de meus filhos LGBT QIA+<sup>3</sup> invadiu o espaço familiar. A partir das minhas memórias e experiências como mãe de dois sujeitos com identidades de gênero e sexual dissidentes<sup>4</sup>, buscarei realizar um estudo autoetnográfico, utilizando revisões bibliográficas, a fim de fazer uma análise compreensiva-interpretativa das minhas narrativas, tomando como referência suas múltiplas dimensões.

Mil novecentos e noventa e quatro foi o ano em que ele nasceu. Uma década após o seu nascimento foi o ano em que o governo federal lançou o “Programa Brasil sem Homofobia”, voltado para o combate à violência contra LGBT (sigla usada à época) e para a promoção da cidadania homossexual. Até quatro anos após o nascimento do meu primogênito, a quem nomearei de Xis, questões como homofobia nunca haviam sido pensadas por mim e eu era indiferente e, portanto, cúmplice desse processo de exclusão, preconceito e discriminação exercido contra aqueles sujeitos que não orbitam a matriz cisheterossexista. Menos de uma década depois, nasceria Ak, cujo gênero seria designado feminino.

Partindo dessas memórias e vivências intentarei analisar o processo de reiteração da heterossexualidade e sua imbricação com a homofobia e a transfobia no espaço escolar e familiar. Assim como no “leito de Procusto<sup>5</sup>”, da mitologia grega, aqueles que não se adaptam ou não se adaptaram aos paradigmas são/foram descartados, discriminados, perseguidos e silenciados, a exemplo das mulheres, dos negros, dos pobres, dos povos originários, das pessoas com deficiência, dos judeus, dos homossexuais e transexuais. Os passos são lentos e, como todos sabem, a homossexualidade já foi considerada indecência grave – passível de julgamento e condenação – portanto, crime, passando em seguida à doença e, mais à frente, despatologizada<sup>6</sup>. Acusações extremamente perversas envolvendo a população LGBTQIA+ se reforçam mais ainda em relação às pessoas travestis, transexuais e não binárias, uma delas é a acusação de loucura, por isso também a não despatologização total das identidades trans nos manuais técnicos de saúde mental e de saúde física, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de Doenças (CID).

Seguindo o pensamento foucaultiano, atravessadas e ordenadas pelas relações de poder,

---

<sup>3</sup> Termo de uso corrente onde cada letra da sigla representa: Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transexuais, Queer; Intersexo; Assexual. O + (mais) serve para designar todas as demais pessoas com orientações sexuais e variações de gênero não situados dentro da matriz cisheteronormativa.

<sup>4</sup> A expressão “*dissidência sexual*” foi cunhada por Gayle Rubin em 1984 no seu artigo seminal “*Thinking Sex*”. (SANTOS, A. C. 2006. Grifo da autora.)

<sup>5</sup> Procusto era um malfeitor que “tinha um leito de ferro, no qual costumava amarrar todos os viajantes que lhe caíam nas mãos. Se eram menores que o leito, ele lhes espichava as pernas e, se fossem maiores, cortava a parte que sobrava.” (BULFINCH, 2002, p. 187)

<sup>6</sup> Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID).

apenas algumas verdades podem ser mostradas, e outras não. A classificação dos sujeitos e práticas como sadios ou doentes, bons ou maus, integrados ou não, negativos ou positivos partem, consoante Louro (2009), dos discursos jurídicos, religiosos, educativos e psicológicos que foram e são produzidos a partir dos discursos “científicos” antigos (Grifo da autora). No entanto, ainda me assusta que tais narrativas, apesar dos avanços científicos e tecnológicos da sociedade moderna, continuem vigorando e sendo perpetradas sem nenhum constrangimento por aqueles que se encontram nas esferas de poder. Neste momento, enquanto faço essas reflexões, o ministro da educação, Milton Ribeiro, é denunciado ao Superior Tribunal Federal (STF) pela Procuradoria Geral da República (PGR) por crime de homofobia<sup>7</sup>, ocorrido durante entrevista concedida ao jornal “O Estado de São Paulo”, em setembro de 2020. Ao relacionar a homossexualidade com famílias “desajustadas”, concebê-la como uma “opção” sexual, além de considerar desnecessário o debate sobre questões de gênero e sexualidade em salas de aula, Ribeiro nega o direito à subjetividade e individualidade dos sujeitos, reforçando o estigma social e induzindo diferentes grupos a práticas discriminatórias. As “verdades autorizadas” e sua manutenção não acontecem sem esse movimento de reiteração e, nesse caso específico, estão cercadas de ideologias, valores morais e cristãos que dialogam unicamente com a vertente conservadora.

Desde o início do curso eu sempre tive a convicção de que o meu tema de pesquisa consistiria em um estudo voltado à transfobia e à homofobia. Nunca houve dúvidas quanto a isso, visto que tenho dois filhos LGBTQIA+, um de 18 anos, transmasculino não-binário e um homem cis gay de 27 anos de idade. Fui mãe pela primeira vez aos vinte e três anos e, à medida que Xis crescia, nascia em mim um enorme sentimento de medo, sentimento esse que só recrudescia com o passar dos anos. O medo era de que todos notassem aquilo que eu já notara e que algumas pessoas e familiares próximos, por certo, também já haviam percebido. Além deste, existia o medo de fracassar como mãe diante da relação negativa que o poder estabelece quanto ao sexo, de sua instância da regra e de seu ciclo de interdição. O poder “fala e faz-se a regra” no que tange ao sexo, reduzindo-o ao binarismo do lícito e do ilícito, do permitido e do proibido. As existências bichas e trans nascem desses discursos, ou seja, ao mesmo tempo em que são criadas elas são interdidas e silenciadas. (FOUCAULT, 1988, p. 81)

Diante do meu percurso de vida e de suas particularidades considero relevante investigar “Como a trajetória de meus filhos LGBTQIA+ invadiu o espaço familiar”. Tendo em vista

---

<sup>7</sup> A prática já é reconhecida como crime de racismo (Lei 7.716/1989), desde 2019, quando o Superior Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos, permitiu a criminalização da homofobia e da transfobia, com penas previstas de um a três anos, podendo chegar a cinco anos em casos mais graves.

responder ao problema de pesquisa apresentado, tomo como objetivo geral compreender e examinar a trajetória de meus filhos LGBTQIA+, a fim de analisar o processo de reiteração da heterossexualidade e sua imbricação com a homofobia e a transfobia no espaço escolar e familiar.

A primeira seção deste artigo compreende a introdução, onde delimito o tema, o objetivo, as técnicas que serão utilizadas e a justificativa do assunto proposto. O procedimento metodológico escolhido gerou a análise das minhas memórias a partir do referencial teórico da teoria *queer* e dos estudos de gênero, o que resultou na formulação de três categorias de análise, conforme descrito no tópico metodológico, onde examino a categoria “autoetnografia”. A apresentação, análise, discussão e interpretação dos dados produzidos estarão dispostos na terceira e quarta seção, onde tratarei sobre as categorias de análise “homofobia” e “transfobia”. Por fim, retomarei o problema da pesquisa e os seus objetivos, na quinta e última seção, a fim de verificar em que medida consegui conquistá-los.

## **2 METODOLOGIA**

De acordo com Chang (2008), a autoetnografia é simultaneamente etnográfica e autobiográfica, tendo a primeira uma orientação metodológica e a segunda uma orientação de conteúdo, diferenciando-se das demais formas de escritas narrativas, como autobiografia, diário ou memórias, pelo seu aspecto etnográfico. Chang destaca que a autoetnografia “utiliza os métodos de pesquisa etnográfica e se preocupa com a conexão cultural entre o eu e os outros que representam a sociedade” (2008, p. 03). Desse modo, a Autora desta pesquisa precisou, no escaninho de suas memórias, revisitar as experiências sucedidas ao longo das últimas quase três décadas para, com o uso da autoetnografia, munir-se de dados que lhe permitissem determinar o caráter de seu objeto de estudo sem perder o seu objetivo final. É importante ressaltar, como bem o faz Santos (2017), que a distância temporal entre o que se viveu e o seu registro indica não somente uma forma de distanciamento social, como testemunha também as mudanças que foram se constituindo ao longo do tempo.

Após avaliação de variados estudos autoetnográficos, pode-se observar que há um desequilíbrio entre a ênfase que se dá às autobiografias (conteúdo) e à etnografia (processo de investigação). Destarte, para que o caráter estrito da pesquisa autoetnográfica seja assegurado, Chang defende o seu “equilíbrio triádico”, no qual a mesma deve ser “etnográfica em sua

orientação metodológica, cultural em sua orientação interpretativa e autobiográfica em sua orientação de conteúdo”. (2008, p. 3, 4)

Assim como na etnografia, o objetivo final da autoetnografia é a compreensão cultural. Em vista disso, o processo de produção ou coleta de dados, análise/interpretação e escrita de relatório é o mesmo para ambas. Do autoetnógrafo enseja-se uma análise-crítica e reflexão acuradas sobre suas narrativas autobiográficas sem, no entanto, permitir o domínio destas sobre a autoetnografia. Santos (2017, p. 224) cita Atkinson (2006), para abordar o princípio da reflexividade que, no entendimento de Atkinson, norteia a pesquisa etnográfica e a autoetnográfica. Para Santos (2017), além de ser um ato de reflexão acerca dos fenômenos sociais, suas causas e impactos sobre determinados grupos, a reflexividade na etnografia refere-se, sobremaneira, à imbricação do etnógrafo com os fenômenos que ele documenta e também com o contexto social em que se encontra inserido, independentemente de sua presença. A reflexividade pressupõe, portanto, uma conexão inexorável entre pesquisador, processo de pesquisa e seu resultado.

Por fim, e não menos importante, gostaria de acrescentar que apesar de todos os problemas impostos à confissão, não me furtarei a empregar como estilo de escrita o “conto confessional”, seguindo a classificação de escritos etnográficos de Van Maanen (1988), conforme citado por Chang (2008, p. 10).

O estilo de escrita da autoetnografia pode variar, caindo em algum lugar nos continuums entre a descrição “realista” e a caricatura “impressionista” e a descrição analítica e autoexposição “confessional”. A classificação de escritos etnográficos de Van Maanen (1988) pode ajudar os autoetnógrafos a experimentar diferentes estilos, como “contos realistas”, “contos confessionais” e “contos impressionistas”. (Grifo do autor. Tradução do Google)<sup>8</sup>

Se os contos realistas referem-se aos primeiros relatos e representações dos etnógrafos dados às pessoas que eles estudaram, exercendo muitas vezes um caráter de autoridade sobre suas culturas, por sua vez, os contos confessionais exibem com franqueza “preconceitos pessoais, falhas de caráter ou maus hábitos”, que Van Maanen chama de “embaraçosos”, “para desmistificar o processo etnográfico e aumentar uma não contaminada e pura [etnografia] [...]”. Em síntese fornecida por Maanen, “os contos realistas se concentram no “feito” e os contos confessionais “no doer”, “contos impressionistas apresentam o fazer do trabalho de campo”. (MAANEM, 1988, p. 78 – 102, apud CHANG, 2008, p. 10)

---

<sup>8</sup> “The writing style of autoethnography can vary, falling somewhere in the continuums between “realist” description and “impressionist” caricature and analytical description and “confessional” self-exposure. Van Maanen’s (1988) classification of ethnographic writings may help autoethnographers experiment with different styles such as “realistic tales,” “confessional tales,” and “impressionist tales”.”

Com o propósito de elaborar as análises das categorias elencadas para acessar as minhas memórias trago, como aporte teórico, autores como Chang (2008), Santos (2017), Donna Haraway (2009), Michel Foucault (1987, 1988, 1993), Miskolci (2009), Judith Butler (2000, 2003, 2017), Rogério Diniz Junqueira (2009), Gomes de Oliveira (2018), Guacira Lopes Louro (2000, 2009), dentre outros. Para que alcance o objetivo geral, esbocei os seguintes objetivos específicos: relatar memórias autobiográficas de experiências de homofobia e transfobia; realizar coleta de pesquisa bibliográfica não sistemática; analisar as memórias autobiográficas a partir do referencial teórico da teoria *queer* e dos estudos de gênero. As categorias de análise deste estudo foram assim delineadas: autoetnografia; homofobia; transfobia.

Há muitos anos, ou mesmo décadas, esses temas me atravessam de forma imanente, ora me aterrorizando, ora me fazendo resistir, mas não como “*um* lugar da grande Recusa”, pronto a combater o poder legislador, e sim como ponto de resistência móvel e transitório, disposto a transgredir as normas regulatórias que me tornam alvo e, por conseguinte, sua adversária. As resistências, no plural, são o outro termo das relações de poder, são a sua interlocução que, situadas de maneira irregular no tempo e no espaço “representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permitem a apreensão” (FOUCAULT, 1988, p. 91).

O medo e a culpa específicos mencionados na justificativa deste artigo, no tópico “Introdução”, diluíram-se há um bom tempo, uma vez que passei a compreender que Xis jamais viria a se constituir e sim que ele já nascera sendo o que ele era, uma criança viada<sup>9</sup>, um menino gay, e que não haveria nada ou nenhum tipo de criação que pudesse frear essa manifestação. Todavia, o medo permanece, ele apenas se modifica, desloca-se, renovam-se os motivos para tê-lo, abrindo espaço para novos medos e novas formas de resistir. A institucionalização da heterossexualidade compulsória não me permite viver sem ele, sobretudo em um país onde mais se mata LGBTQIA+ no mundo<sup>10</sup>, apenas, enfrentá-lo.

---

<sup>9</sup> [...] a expressão “criança viada” é cunhada por Iran de Jesus Giusti, jornalista e ativista gay, que, em 2012, criou um Tumblr denominado “criança viada”, reunindo fotos dele e de amigos retratando expressões de gênero em desacordo às expectativas sociais: meninos efeminados e meninas masculinizadas (NOGUEIRA, 2020, p. 106)

<sup>10</sup> A Transgender Europe (TGEU) relatou a existência de 2.609 homicídios informados de transgêneros em 71 países no período de 2008 a 2017, tendo o Brasil o maior número de registros. [...] Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil “é o país com a maior quantidade de registros de crimes letais contra LGBT do mundo”, seguido pelo México e Estados Unidos. Em 2018, o GGB registrou que 420 LGBT tiveram mortes violentas no Brasil, ou seja, a cada 20 horas é assassinado um indivíduo LGBT. (MENDES, SILVA, 2020, p. 1710)

### 3 UMA CRIANÇA VIADA: RESSIGNIFICANDO OS CAMINHOS DA (IN)EXISTÊNCIA

Escrever, acionar memórias de experiências transfóbicas e homofóbicas vivenciadas pelos meus filhos e como isso interferiu diretamente em minha vida, sem dúvida alguma não é tarefa fácil. Mas é preciso falar sobre, é urgente fazê-las emergir, trazê-las à superfície, de modo que, ao compartilhá-las e analisá-las consiga fazer o cruzamento necessário entre o pessoal e o político, entre o sujeito e o social, o micro e o macro (SANTOS, 2017). Não obstante, é imprescindível advertir que a memória obscurece, por vezes, que ela é seletiva e que pode provocar aversão quando se trata de experiências ruins do passado (CHANG, 2008). Não somente aqui, durante esta pesquisa, como em muitos outros momentos, pude sentir o poder da negação, o desejo de não lembrar, como meio de fugir de algo que provoca dor.

Xis não se amoldava ao quadro de heteronormatividade imposto pela matriz heterossexista. Aquela matriz não o atraía e era óbvio que seria reprimido e condenado ao desaparecimento. Apesar de referir-se a uma época específica, a vitoriana, Foucault (1988) descreve que em nossa sociedade burguesa e hipócrita as sexualidades ilegítimas tiveram que ser reinscritas em locais de tolerância, como casas de saúde e locais de prostituição e que fora desses espaços foram sentenciadas à interdição, inexistência e mutismo. Para o autor,

a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, consequentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. (FOUCAULT, 1988, p. 10)

Recordo-me que quando Xis tinha quatro anos de idade, após retornarmos da casa de seus avós paternos, fui interpelada pelo seu genitor com as seguintes e ameaçadoras frases: “– Minha mãe disse que Xis está com jeito de viado. Olha como você está criando o seu filho!”. A partir daquele momento percebi que teria que conviver com um “segredo”, segredo esse que eu faria o possível para não revelar a ninguém, pois tinha a clareza de que o meu filho seria vítima de preconceito e intolerância. Para Oliveira (2018, p. 188, 189), “o controle sobre as existências bichas ou existências anunciadas tem início muito cedo, antes mesmo de uma consciência ser construída”. Ele tinha apenas quatro anos e, por colocar a heteronormatividade em dúvida, estava fadado a se deparar “com discursos e atitudes próprios do mundo adulto” e impedido de vivenciar plenamente a sua infância. De maneira relutante, mas ciente de que está certa, pactuo com Oliveira (2018, p. 173) quando ela diz que “a bicha está sempre atrelada, querendo ou não,

ao ato sexual. [...] saltando da barriga da mãe para o centro dos múltiplos discursos que a inventam”. Tomando a norma como medida, o meu filho passara a ser visto como uma criança “não normal”.

Diante desse quadro de rejeição e rudeza, não demorei muito e me liberei do pai, mas não pude me livrar da minha própria homofobia que, veladamente, oprimia e humilhava o meu filho. Tinha vergonha de algumas manifestações suas que pudessem evidenciar a sua futura orientação sexual que já começara a se desenhar. O desenho que se formava a minha frente e à frente de todos, recebia diversos nomes: a tia paterna o chamava de “serelepe”, na escola o chamavam de “viadinho”, “bicha”, “bichinha” e, em casa, muitos nomes também o rotulavam.

Ameaçada pelo seu genitor de ser a culpada pelo seu jeito de ser, vi-me desde muito cedo às voltas para policiar suas manifestações e para escondê-las do público ao nosso redor. Coibia-as o tempo todo, 24 horas por dia. Era preciso esconder aquilo que não poderia ser mostrado. Mas de nada adiantava, pois quanto mais eu o cerceava mais ele contrariava as regras – obviamente não por querer e sim por ser algo inerente ao seu próprio ser. O meu filho se trancava no banheiro por um longo tempo e durante os banhos ele conseguia ser quem era: cantava, rebolava, dançava, exprimia-se com liberdade, colocava a toalha em volta dos cabelos e a deixava cair por sobre os ombros e costas, meneando-a como se fosse longas madeixas. Eu me exasperava do lado de fora, pois imaginava o que ele estava fazendo, algo que se confirmou muitos anos depois. Ao comparar relatos na literatura eu encontrei este de Oliveira (2018, p. 174), onde ela diz: “Cabelos longos, ainda que na forma de uma toalha de banho, bastavam para acessar uma conduta que eu considerava feminina e questionar, de maneira meramente intuitiva, que um genital masculino não assegurava a existência plena de um macho”.

Como tantas outras existências bichas, Xis cresceu assim, sem liberdade de expressão. Queria rebolar e não podia. Queria falar “fino” e não podia. Queria brincar com bonecas e não podia. Desmunhecava, mas não podia. Eu o policiava. Tinha a “obrigação”, enquanto mãe, de normalizá-lo. Através do meu olhar panóptico eu tinha que discipliná-lo, vigiá-lo e até puni-lo, se preciso fosse. Para Foucault (1987, p. 183), “as ‘Luzes’ que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas” (Grifo do autor). Os métodos de divisão binária da analítica do poder, individualizam os excluídos para, então, marcar as exclusões e disciplinar esse indivíduo excluído. Desse modo é que nasce o “Outro”, que é o sujeito subalternizado e vigiado pela normatividade. Esse *modus operandi* ocorre desde o início do século XIX, por meio de asilos psiquiátricos, hospitais, escolas e penitenciárias.

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho: ela

é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos: ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. [...] (um dia se precisará mostrar como as relações intrafamiliares, essencialmente na célula pais-filhos, se “disciplinaram”, absorvendo desde a era clássica esquemas externos, escolares, militares, depois médicos, psiquiátricos, psicológicos, que fizeram da família o local de surgimento privilegiado para a questão disciplinar do normal e do anormal). (FOUCAULT, 1987, p. 177, 178. Grifo do autor)

Fazendo uma retrospectiva de minha trajetória como mãe é fácil comparar minhas atitudes a atitudes policiais. Para mim, houve um divisor de águas fixado naquele discurso tão aterrador do pai de Xis. Antes, eu já percebera que ele era uma criança diferente, porém isso não chegara a me incomodar, afinal, ele era apenas uma criança e teria muitos anos pela frente para “mudar”, para aprender a se “comportar” como um homem hétero. Era exatamente assim que eu pensava, que ele poderia mudar, casar-se com uma mulher, ser “homem” e não homossexual – como se o fato de sê-lo o impedisse de ser homem. Mas, na contramão do pensamento daquilo que eu gostaria, à época, que acontecesse, vinha um outro pensamento, que eu tinha quase como certo, de que ele seria gay na vida adulta. Butler afirma que precisamos refletir sobre determinadas modalidades de violência,

afinal, aqueles que insistem que o gênero tem sempre de aparecer de uma maneira, que buscam por criminalizar ou patologizar aqueles que vivem seus gêneros ou suas sexualidades de maneiras não normativas, estão eles mesmos agindo como polícia ainda que não pertençam a nenhuma força policial ou manejem uma arma (BUTLER, 2017, p. 35)

Em 1998, com muito medo do porvir, matriculei o meu pequeno filho, aos quatro anos de idade, em uma escola perto de minha casa. Fora da minha vigilância, eu torcia para que o seu jeito de ser não chamasse a atenção dos coleguinhas e das professoras. Nada ocorreu naquele ano que possa ser digno de nota, a não ser o fato de que eu vivia o tempo todo tensa, corrigindo os seus pequenos “desvios” de comportamento, como o gestual, a fala, o andar, as brincadeiras, enfim, as suas expressões que pudessem indicar “afetação” ou “feminilidade”. “A lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não-manifestação, e de mutismo” (FOUCAULT, 1988, p. 82). No ano seguinte, matriculei-o em uma escola pública distante da minha casa. Ele estava com cinco anos e em período pré-escolar. Não é preciso dizer o quão aterrorizada eu fiquei. Em meu pensamento todos iriam perceber que ele era uma criança com trejeitos gays e que decerto iriam fazer bullying ou zombar dele. Confesso que não demorou nem um pouco para que os meus temores se concretizassem.

Logo na primeira semana de aula Xis voltou para casa sem lanchar. Havia lhe dado um

dinheiro para que comprasse um lanche na cantina da escola e, após muito insistir, ele me disse que um colega o havia subtraído. Perguntei-lhe por que não contou à professora, mas eu sabia que àquela altura ele já fora silenciado. Em tão pouco tempo de convivência, silenciado. Não somente o dinheiro do lanche lhe fora roubado, entendo que o que estava em questão ali era a demarcação daquele território onde não caberia espaço para a diversidade, onde ele não poderia existir sendo quem realmente era. Sobre a homofobia, Junqueira (2009, p. 27) confirma o que levei certo tempo para entender:

uma vez introjetada, ela pode conduzir a pessoa a se sentir envergonhada, culpada e até merecedora da agressão sofrida, *mantendo-a imobilizada, em silêncio, entregue a seu destino de pária social*. À violência propriamente dita soma-se a “violência simbólica”, fazendo com que a própria vítima contribua para a legitimação da agressão e favoreça o agressor e os seus difusos cúmplices. (Grifo nosso)

Eu o tirei da escola. Essa foi a única reação que consegui ter naquele momento. Consoante Junqueira (2009), as práticas discriminatórias e preconceituosas de caráter sexista, homofóbico e transfóbico sempre estiveram presentes e sempre foram pouco discutidas em ambientes escolares. Para além de serem consideradas como indiferença, elas se configuram como negligência e falta de solidariedade por parte dos profissionais, instituição e comunidade escolar. Na escola, mas não apenas ali,

a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. (LOURO, 2000, n. p. Grifo da autora)

Ao me debruçar sobre as experiências escolares de Xis e entrecruzá-las com as de outros sujeitos não heteronormativos em sua fase adulta, verifico como a presença de crianças bichas no interior destas instituições é cercada de tabus, preconceitos e negligência. Trata-se de crianças de quem não se pode falar, no entanto, a escola as observa, assim como às demais crianças, exercendo sobre todas elas o seu controle regular. Alguns relatos trazidos por Oliveira traduzem um pouco dessa violência vivida por Xis e por outras crianças que agem em desacordo com a heteronormatividade. Embora sejam experiências pessoais, é preciso coletivizá-las, “já que os caminhos que uma bicha percorre, mesmo que num plano simbólico, se interseccionam com os de outras” (2018, p. 174). Um de seus entrevistados, Rogélio Gonçalves, relembra constringindo dos apelidos que as “tias” da creche lhe imputavam às escondidas, “Creuzinha Babalu” era um deles. Do mesmo modo que eu pretendia, através dos meus discursos, eliminar a bicha adulta que eu já vislumbrava em meu filho, assim também o faziam as professoras de

Rogélio.

Ao final do século XIX, na Europa, nascia a sexologia. A partir de seus achados, homens, médicos e também filósofos, moralistas e pensadores, definiriam sobre os corpos de homens e mulheres, decidindo o que seria normal ou patológico e inventando e hierarquizando os tipos sexuais. Esse novo campo de saber “irá estabelecer as diferenças relevantes entre sujeitos e práticas sexuais, classificando uns e outros a partir do ponto de vista da saúde, da moral e da higiene” (LOURO, 2009, p. 88). Desses discursos autorizados, surgem o homossexual e a homossexualidade.

Se, anteriormente, as práticas afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas uma falha ou pecado eventual, passaria, a partir de então, a ter uma conotação bastante distinta. Dali em diante o homossexual se constituiria em uma outra espécie de sujeito. Passaria a ser o “Outro”. O fato é que esse indivíduo de outra espécie, ainda que sem merecer, sofreria toda uma “sequência de ações punitivas ou recuperadoras, de reclusão ou de regeneração” (LOURO, 2009, p. 88) criadas notadamente com o intuito de discipliná-lo. Uma vez que foram cunhados os nomes homossexual/homossexualidade, dentro do sistema historicamente binário, haveria que ser cunhado também o seu par, daí nasciam os nomes heterossexual/heterossexualidade. Curiosa e contraditoriamente, a heterossexualidade, que não fora inventada, que sempre fora tida como original, como normal, como natural, como modelo, acabara de ser nomeada. Percebe-se que quanto mais invisíveis as normas, mais penetrantes elas são, e que o ser “diferente” diz mais do outro do que de si mesmo.

Concluo este tópico, pois, depreendendo que as práticas homofóbicas exercidas contra Xis e contra todos os homossexuais nascem de discursos que os circunscrevem e os descrevem como desviantes da norma heterossexual, do gerenciamento dos corpos e do sexo praticados pelos mecanismos de poder que remontam à era vitoriana e que se encontram engendrados, em todos os níveis, no interior de todas as instituições, quer seja o Estado, a família, o tribunal, o rei, o homem heterociscentrado que bate e/ou mata as identidades bichas e trans, reproduzindo e perpetuando a interdição e a censura por sentir-se o lícito e o castigo, diante do ilícito e da transgressão.

#### **4 SE É PARA INCOMODAR, IREI INCOMODAR AQUI MESMO, NESTE ‘LUGAR’!**

Os debates sobre as práticas sexuais e de gênero e sobre as identidades, ocorridos desde os anos sessenta, provocados pelo movimento feminista e pelos movimentos de gays e de

lésbicas, evidenciaram as novas identidades sociais, desestabilizando setores que antes eram considerados imutáveis e universais. Para Hall (2006), o sujeito fragmentado da pós-modernidade e suas múltiplas identidades, contraditórias ou indefinidas, rompem com a ilusão de uma identidade universal e cristalizada. Aquele sujeito sociológico, que tinha a sua essência interior formada e modificada na relação com outras pessoas e mundos culturais “exteriores”, começa a perder suas referências, devido às mudanças constantes, rápidas e permanentes que ocorrem nas sociedades modernas e que as distinguem das sociedades tradicionais.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. (HALL, 2006, p. 9. Grifo do autor)

Ak nasceu em 2003 e, aos quinze anos de idade, revelou se identificar com o gênero neutro. Em seu processo de autodescoberta ele acabou cambiando para homem trans e, posteriormente, para transmasculino não-binário. Essa fluidez deu-se de forma paulatina, a partir de suas próprias buscas e percepções acerca de sua identidade e expressão de gênero e de sua sexualidade. Passados quinze anos após o seu nascimento tive que procurar meios para compreender que o seu alinhamento de gênero era masculino e neutro e que a partir dali eu passaria a tratá-lo com pronomes masculinos e neutros.

Butler (2000) questiona o vínculo entre a materialidade do corpo e a performatividade de gênero e se a categoria do “sexo” faz parte dessa relação. Para tanto, ela cita aquilo que Foucault chamou de “ideal regulatório”, no qual o “sexo”, para além de ser uma norma, é um meio de regular os corpos que governa. Dessa forma, “as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (Ibid, p. 111). À vista disso, ela propõe que sexo, assim como gênero, não é natural, mas produzido cultural e discursivamente.

Para a filósofa, a ilusão da fixidez de gênero é criada e perpetuada através dos inúmeros discursos propalados mediante gestos, ações, desejos falados ou praticados, com fins de regular a sexualidade dentro de uma matriz heterossexista reprodutiva. Em seu livro, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, publicado em 1990, ela desconstrói o conceito

de gênero postulado pela teoria feminista, na qual o sexo é tido como autêntico e natural e o gênero como uma construção social.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revele-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. (BUTLER, 2003, p. 25)

Miskolci (2009, p. 151), salienta que a notoriedade da Teoria *Queer* adveio do seu ponto de vista crítico “aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e à política identitária dos movimentos sociais”.

O diálogo entre a Teoria *Queer* e a Sociologia foi marcado pelo estranhamento, mas também pela afinidade na compreensão da sexualidade como construção social e histórica. O estranhamento *queer* com relação à teoria social derivava do fato de que, ao menos até a década de 1990, as ciências sociais tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. O pressuposto heterossexista do pensamento sociológico era patente até nas investigações sobre sexualidades não-hegemônicas. A despeito de suas boas intenções, *os estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual.* (Grifo meu)

Com a desconstrução do conceito de gênero no qual encontra-se baseado toda a teoria feminista, Butler subverte o dualismo de gênero entre o masculino e o feminino e a condição estática do corpo. Em sua concepção, fundamentada na genealogia da sexualidade de Michel Foucault, a autora sustenta que “‘sexo’ é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo” (2000, n.p.) por meio das normas regulatórias e de sua reiteração forçada. A necessidade dessa reiteração revela a não conformidade total dos corpos às regras que impõem sua materialização, provocando instabilidades que dão brechas às possibilidades de rematerialização, o que coloca em xeque a supremacia da própria lei regulatória. Ao deslocar as discussões sobre gênero para o campo do poder e de seus efeitos, Butler utiliza o termo *matriz heterossexual* para designar a “[...] grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados.” (2003, p. 215, 216. Grifo da autora). Para tanto, a pesquisadora busca referência

na noção de Monique Wittig de “contrato heterossexual” e, em menor medida, naquela de Adrienne Rich de “heterossexualidade compulsória” para caracterizar o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade. (BUTLER, 2003, p. 216)

Análoga à prática discursiva que se desenvolveu gradualmente, a partir do século XIX, a “sexualidade” foi definida “como sendo, ‘por natureza’, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização”. As características principais dessa *scientia sexualis* passaria a corresponder, então, “às exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade”. (FOUCAULT, 1988, p. 66, 67)

Depois de longos 28 anos sendo categorizada na CID - 10, como transtorno mental, a transexualidade passa a integrar o rol de “condições relacionadas à saúde sexual”, sendo classificada como “incongruência de gênero” na nova edição da CID - 11. Sua oficialização foi anunciada pela OMS, durante a 72ª Assembleia Mundial de Saúde, em Genebra, ocorrida entre os dias 20 e 28 de maio de 2019. A nova CID continua provocando discussões ao não despatologizar completamente as identidades trans. Para Butler (2017, p. 33)

[...] o modelo da patologização [...] trabalha para minar o movimento de emancipação, uma vez que esse modelo implica que tais minorias sexuais e de gênero necessitam de “tratamento” mais que direitos. Como resultado, devemos ser cautelosas com esses esforços de conceder direitos transexuais, como há feito o governo espanhol, que patologiza as populações que pretende proteger. Nos Estados Unidos e em outros países dominados pelo DSM, devemos ser igualmente cautelosas com esses modos estipulados de “transição” que exigem que as pessoas trans estabeleçam uma condição patológica, a fim de serem elegíveis para o apoio financeiro para as suas transições e o reconhecimento legal como trans ou qualquer que seja o gênero desejado. Se as pessoas trans devem passar pela patologização como modo de realizar seus desejos e estabelecer um modo corporificado de vida suportável, então o resultado é que a patologização se torna mais forte ao mesmo tempo em que a emancipação é alcançada.

Passados dois séculos eis que, entre um avanço e outro, continuamos reféns do imperativo medicalizante, no qual a sexualidade deve sempre ser vista como algo a ser explicado. Os corpos monstruosos, dos ciborgues de Donna Haraway (2009), buscam revolucionar as relações sociais da “unidade doméstica”, questionando a dominação hierárquica produzida por meio de discursos legisladores efetivados nas instituições e nas práticas.

Em 2020, Ak me pediu apoio para mudar de nome nos registros escolares e eu não hesitei. Redigimos um texto fazendo a solicitação e a mesma foi acatada. Aliás, para a minha surpresa, a escola já estava a par e de acordo com a Resolução N° 1, de 19 de janeiro de 2018, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Acerca do uso do banheiro por pessoas transgênero nas escolas e em outros lugares, acredito que muitas mudanças necessitam ocorrer tanto do ponto de vista legal quanto do atitudinal. Ak chegou a ficar várias vezes sem utilizá-lo enquanto estava na escola. Para ele, deveria haver um banheiro neutro em todas as escolas, assim, as crianças e adolescentes transgênero não seriam obrigados a usar o banheiro dos professores ou um outro qualquer. Ao referir-se a uma amiga sua,

adolescente trans, que ainda cursa o ensino médio na mesma escola que ele cursou, Ak relata que a mesma foi impedida de usar o banheiro feminino, pois muitas meninas estavam reclamando de sua presença, referindo-se a ela no masculino. O colégio, para “resolver” a questão do uso do banheiro, simplesmente deu-lhe a chave de um banheirinho que não era usado por ninguém, provando, mais uma vez, o seu despreparo para incluir pessoas trans no ambiente escolar.

Sem a pretensão de atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar e determinar de maneira definitiva as identidades sociais, Louro (2000) destaca que, no entanto, é preciso reconhecer que as suas propostas, imposições e proibições têm “eleitos de verdade” e, independentemente de todos os sujeitos a frequentarem ou não, ou que uns a frequentem por mais anos e outros por menos, ou mesmo que haja internamente algumas diferenças entre as escolas, essas imposições, mesmo que não realizadas, têm as suas consequências. A amiga de Ak certamente não esquecerá a humilhação de ter que usar o banheirinho dos fundos, da mesma forma que Ak não esquecerá o desconforto que sentiu ao ter que usar o banheiro feminino ou ter que permanecer horas sem usá-lo. A escola deixa marcas nos corpos dos indivíduos, dociliza-os, constrói valores e disciplina tudo dentro de uma lógica de binarismo de gênero. Os “corpos dos indivíduos devem, pois, apresentar marcas visíveis desse processo; marcas que, ao serem valorizadas por essas sociedades, tornam-se referência para todos” (LOURO, 2000, n.p.).

A mesma escola, particular e com padrão classe média alta, que acabara de autorizar o uso do nome social de Ak nos registros escolares também acabara de censurar o uso do banheiro por uma aluna transgênero. Eu observo como essa tessitura do poder é difícil de ser rompida pelo “sujeito obediente”. “Em face de um poder, que é lei, o sujeito que é constituído como sujeito, — que é "sujeitado" — é aquele que obedece” (FOUCAULT, 1988, p. 82). Nesse caso evidente, a instituição escolar na qual o meu filho estudou do ensino fundamental ao médio, não demonstrou flexibilidade e empatia alguma para com pessoas trans, apenas seguiu o poder jurídico, praticando-o. Tenho receio de ser leviana ao afirmar que o dono da escola não tem consciência de opressão, todavia, o fato é que ele é um homem branco, rico, cis, hétero, conservador e cristão.

Por vezes, temo sair às ruas de mãos dadas com Ak, mas é inevitável, embora o receio de que nos confundam com um casal de lésbicas seja uma constante. Ak tem um irmão que é 1 ano e 8 meses mais velho do que ele, um homem cis hétero. Em um determinado dia, enquanto aguardavam o transporte para ir à escola, foram confundidos com um casal gay por estarem trocando afeto em público, algo muito comum entre eles. É sabido que por muito menos pessoas LGBTQIA+ são espancadas e mortas. À época não passava pela minha cabeça que Ak pudesse

ser vítima desse tipo de preconceito. Ele sequer se entendia trans, muito menos esboçava uma aparência masculina a ponto de o confundirem na rua com um homem cis gay.

Enquanto escrevo este artigo Ak vai passando por transformações e amadurecendo as suas ideias. O ano passado, no dia 25 de dezembro, ele tomou a sua primeira injeção de testosterona. Foi um dia extremamente feliz para ele, para mim e para os irmãos. Data nova de aniversário, como disse a endocrinologista que o acompanha. Estive presente em todo o processo, desde a primeira ida ao Ambulatório para Travestis e Transexuais no Centro Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa (CEDAP/SESAB), passando pelas consultas e sessões com psicólogos, psiquiatras, endocrinologistas, até o dia em que, finalmente, ele pode iniciar o processo de hormonização.

O transgênero não-binário é o ser “estranho”, não há uma “harmonia” entre o seu corpo, o seu gênero e o seu desejo. Devido a sua instabilidade, ele está longe de cair no *continuum* do que Butler nomina de inteligibilidade cultural. Esses desacordos, a meu ver, tratam-se tão somente do direito à liberdade e à vida, ao ver dos discursos medicalizantes, de incongruência de gênero. Para Butler (2000) o “sexo” não é algo que alguém tem ou uma descrição inalterada do que uma pessoa é, mas, uma das normas por meio das quais esse alguém se torna viável ou não perante a inteligibilidade cultural, ou seja, caso o corpo esteja em dissonância com aquilo que se espera que a pessoa seja, ao menos naquele instante, ela poderá sofrer alguma espécie de preconceito ou discriminação.

Esse ano Ak participará do VI mutirão da Defensoria Pública para a adequação dos documentos a sua identidade. Situado no inabitável, tudo o que mais desejo é que meu filho se sinta confortável consigo mesmo e, principalmente, que ele seja respeitado e tenha todos os seus direitos constitucionais assegurados. A retificação do nome e dos documentos de pessoas trans legitimam os seus corpos e suas existências. Assumir um “sexo”, para Butler (2000), não é simples como um despertar, uma decisão ou uma escolha, mas, antes de tudo, é algo imposto por um aparato regulatório de heterossexualidade onde a “assunção” do sexo é constrangida desde o início.

Em meio a contradições não resolvidas a teórica pós-modernista Donna Haraway em seu ensaio “Manifesto ciborgue”, afirma que blasfêmia não é apostasia e que a mesma nos protege de uma moral interna. A ironia “[...] – ainda que dialeticamente – em totalidades mais amplas: [...] tem a ver com a tensão de manter juntas coisas incompatíveis porque todas são necessárias e verdadeiras”. O mundo, ao final do século XX, está repleto de ciborgues – uma mistura de máquina e organismo. O ciborg defendido por Haraway é uma ficção que, além de estruturar nossa realidade social e nossos corpos, sugere “frutíferos acoplamentos”, posto que

“a ciência e a tecnologia são possíveis meios de grande satisfação humana, bem como uma matriz de complexas dominações”. (2009, p. 35 – 99)

Encerro este tópico com uma pergunta feita por Haraway em seu ensaio: “Por que nossos corpos deveriam terminar na pele?” (2009, p. 92). A autora sustenta que somos responsáveis pelas nossas fronteiras e que somos também a nossa própria fronteira. Através do mito do ciborgue ela pretende pôr termo aos dualismos que vêm explicando para nós mesmos os nossos próprios corpos, que são os “nossos eus”. A reestruturação da cultura e da natureza, no mundo ciborguiano, seria uma maneira de impedir a apropriação ou incorporação de uma pela outra. Parcial, o ciborgue é opositor e nada inocente, e irá questionar ambas as partes, a da polaridade e a da dominação hierárquica. (Ibid, p. 39). Apesar de reconhecer sua profundidade e amplitude históricas, Haraway conclui que o gênero pode não ser uma identidade global.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises da trajetória dos meus filhos LGBTQIA+ evidenciam que as “verdades autorizadas” e sua manutenção continuam sendo reiteradas por meio de discursos e práticas que dialogam com valores morais e conservadores, dando sustentação à identidade hegemônica. Também salientam que as instituições de ensino, apesar do vasto arcabouço legal que legitima as discussões sobre gênero e diversidade sexual dentro das políticas públicas educacionais, continuam se apresentando como um *locus* segregador, onde práticas discriminatórias são constantemente naturalizadas, e que as mudanças comportamentais provocadas pelos movimentos sexuais e pela visibilidade de gays, lésbicas e pessoas transgênero, ao mesmo tempo em que geram simpatia em uns, ou mesmo adesão aos seus estilos de vida, causam repulsa em outros indivíduos, sobretudo em homens cis, héteros, conservadores e violentos, fazendo com que movimentos contrários aos sujeitos não-heteronormativos ganhem força e apoio por parte de diferentes grupos sociais não somente no espaço escolar, como também no familiar e no público.

Desde a era clássica as famílias absorvem os esquemas disciplinares externos por meio da escola, dos quartéis, dos hospitais, principalmente no núcleo pais-filhos. Aprende-se a disciplinar sendo disciplinado, assim, a trajetória dos meus filhos invadiu o espaço familiar em momentos históricos, culturais e geográficos distintos, nos quais, em cada um deles eu agi de acordo com a compreensão que tinha do mundo que me rodeava e das minhas próprias vivências. Tenho certeza de que Ak foi privilegiado pelo fato de eu ter mais maturidade e

consciência crítica e, ainda mais, por pertencer a uma geração onde questões sobre gênero e sexo vêm sendo debatidas de maneira mais ampla, em virtude da globalização e dos estudos de gênero, sobretudo a partir da teoria *queer*. Xis, por sua vez, pagou o preço da ignorância dos pais e teve uma infância interdita. Ao “assumir” a condição de homossexual, aos 13 anos, Xis não somente cometeu um ato político, como se expôs à estigmatização. Contudo, isso significou para ele uma forma de libertação, uma liberdade que só poderia encontrar dentro de si próprio. Afirmar o gênero e a sexualidade como um direito é, antes de tudo, um exercício de liberdade, de autonomia.

Esta pesquisa revela que a heterossexualidade compulsória continua agindo através de sua rede de micropoderes, mas não sem resistência. Instáveis, os discursos podem ser instrumento e efeito de poder ou de oposição. A subversão da ordem, ainda que possa parecer uma utopia, é um caminho a ser perseguido por todos os “interditos”. Como a norma tem que ser reiterada o tempo todo é possível presumir que existem corpos inconformes com estas normas e que questionam o seu poder hegemônico. Na heterossexualidade compulsória tudo deve estar em perfeito alinhamento e para que uma pessoa seja lida como “inteligível”, o seu gênero também deve ser “inteligível”. Essa sequência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo deve ser instituída e ininterrupta. Em alguns momentos de minhas narrativas eu me percebo ininteligível, como quando manifesto o receio que sinto de sair às ruas de mãos dadas com Ak e de sermos confundidos com um casal de lésbicas. A ininteligibilidade dos corpos denuncia o sistema do poder-saber, pois, uma vez que estes não são inteligíveis, não servirão para explicar o gênero.

No dualismo imposto pelos pares eu diria que, de forma absurdamente gritante, o silêncio penetrante da heterossexualidade compulsória não passa ao largo, por sequer um dia, da minha família. Ainda tenho muito o que aprender sobre a Teoria *Queer* – e com ela – mas, de certa forma, esse campo do saber me traz um alento. Neste momento, enquanto Ak dorme, o seu corpo passa por lentas transformações – ele tomou a segunda injeção de testosterona há seis dias. O tratamento androgênico pelo qual pessoas trans têm que passar, certamente não seria necessário se todos considerassem o fato de que gênero e sexo não são originais e que poderíamos viver sem o gênero.

## REFERÊNCIAS

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: (a idade da fábula) : histórias de deuses*

e heróis. 26ª ed., Rio de Janeiro, 2002, Ediouro Publicações S/A. Disponível em: <https://filosofianreapucarana.pbworks.com/f/O+LIVRO+DE+OURO+DA+MITOLOGIA.pdf>. Acesso em: 04 set. 2021.

BUTLER, Judith. Alianças queer e política anti-guerra. *Bagoas – Estudos gays: gênero e sexualidades*, v. 11, n. 16, p. 29-49, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12530/8652>. Acesso em: 09 out. 2021.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes. (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151- n.p. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/867\\_1567\\_louroguaciraLopes\\_corpoeducado.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/867_1567_louroguaciraLopes_corpoeducado.pdf). Acesso em 03 jan. 2022.

CHANG, Heewon. *Autoethnography as method*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008. Disponível em: [https://www-academia-edu.translate.goog/1244871/Autoethnography\\_as\\_method?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://www-academia-edu.translate.goog/1244871/Autoethnography_as_method?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em 3 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 13ª ed.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Guacira Lopes Louro – 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue : ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano / organização e tradução Tomaz Tadeu* – 2. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009. – (Mimo). p.33 – 118.

JUNQUEIRA, Diniz Rogério. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Diniz Rogério. (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 13 – 51. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_volume32\\_diversidade\\_sexual\\_na\\_educacao\\_problematizacoes\\_sobre\\_a\\_homofobia\\_nas\\_escolas.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf). Acesso em: 11 out. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Diniz Rogério. (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 85 – 93. Disponível em:

[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_volume32\\_diversidade\\_sexual\\_na\\_educacao\\_problematizacoes\\_sobre\\_a\\_homofobia\\_nas\\_escolas.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf). Acesso em: 11 out. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes. (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07 – n.p. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/867\\_1567\\_louroguaciraLopes\\_corpoeducado.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/867_1567_louroguaciraLopes_corpoeducado.pdf). Acesso em 03 jan. 2022.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008>. Acesso em: 05 jan. 2002.

MENDES, Wallace Góes e Silva, COSME, Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 25, n. 5, pp. 1709-1722. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33672019>. Acesso em 17 jan. 2022.

NOGUEIRA, P. Quando as crianças viadas interpelam a docência. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 12, n. 24, p. 105-120, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/341>. Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. (2018). Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação! *Revista Periódicus*, 1(9), 161–191. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25762>. Acesso em: 10 out. 2021.

SANTOS, Ana Cristina. Estudos *queer*: Identidades, contextos e acção colectiva, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 76 | 2006, publicado a 01 outubro 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/813#ftn4>. Acesso em 05 jan. 2022.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017, p.214-241. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/download/113972/133158/265725>. Acesso em 11 out. 2021.

VIVAS, Fernanda; FALCÃO, Márcio. PGR denuncia ministro Milton Ribeiro, da Educação, ao STF por crime de homofobia. *TV Globo*. 31 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/01/31/pgr-denuncia-ministro-milton-ribeiro-ao-stf-por-crime-de-homofobia.ghtml>. Acesso em 01 fev. 2022.